



2021
PORTUGAL.EU
Presidência
Portuguesa
do Conselho
da União Europeia

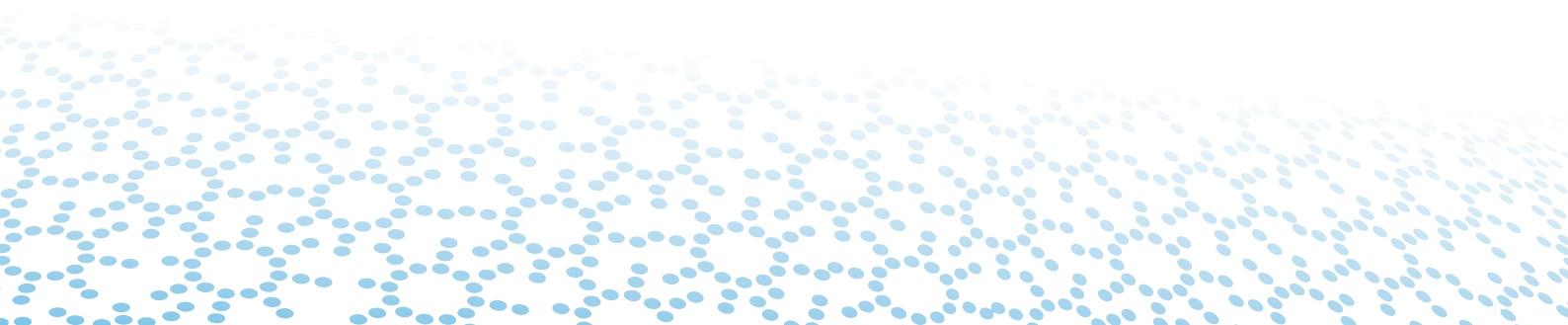
1 janeiro a 30 junho 2021



2021PORTUGAL.EU

**Programa da
Presidência
Portuguesa
do Conselho
da União Europeia**

1 janeiro a 30 junho 2021





Índice

Introdução

4

Linhas de ação da PPUE 2021

1 - Europa Resiliente

Promover a recuperação, a coesão e os valores europeus

7

2 - Europa Verde

Promover a UE como líder na ação climática

8

3 - Europa Digital

Acelerar a transformação digital ao serviço de cidadãos e empresas

9

4 - Europa Social

Valorizar e reforçar o modelo social europeu

10

5 - Europa Global

Promover uma Europa aberta ao mundo

11

Execução da Agenda Estratégica 2019-2024

I - Proteger os Cidadãos e as Liberdades

Assuntos Gerais

13

Justiça e Assuntos Internos

14

II - Desenvolver a nossa Base Económica: O Modelo Europeu Para O Futuro

Assuntos Económicos e Financeiros

17

Competitividade

18

Assuntos Gerais

21

Transportes, Telecomunicações e Energia

22

III - Construir uma Europa Verde, Neutra em Carbono

Ambiente

24

Agricultura

26

Oceanos, Economia Azul e Pescas

27

IV - Construir uma Europa Justa e Social

Emprego, Política Social e Saúde

28

Educação, Juventude, Cultura e Desporto

30

V - Promover os Interesses e Valores da Europa no Mundo

Relações Externas

32

Parcerias para o Desenvolvimento

34

Ação Humanitária

34

Comércio

35

Segurança e Defesa

36



Introdução

A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), que decorrerá entre janeiro e junho de 2021, tem lugar num momento particularmente difícil, em que a pandemia de COVID-19 e as suas consequências socioeconómicas representam um desafio sem precedentes para a UE e os seus Estados-Membros, requerendo ação decisiva e abrangente.

**Temos a visão, o programa e os instrumentos financeiros para avançar.
O nosso lema será por isso:**

“Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital”.



Introdução

Trabalharemos em três grandes prioridades:

I. Promover uma recuperação europeia alavancada pelas transições climática e digital

Tudo faremos para que, neste semestre, se dê início a um novo ciclo, com a entrada em vigor do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 e com a implementação do inovador conjunto de instrumentos que irão possibilitar a recuperação e a resiliência da Europa. A aprovação e implementação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência será prioritária.

A recuperação terá que ser sustentável e inovadora. Daremos, por isso, prioridade à implementação do Pacto Ecológico Europeu e dos compromissos em matéria de redução de emissões no combate às alterações climáticas; e ao reforço da transição energética, da mobilidade sustentável e da economia azul (oceânica).

Trabalharemos para acelerar a transição tecnológica e promover a liderança europeia na economia digital, na área dos dados e da conectividade, com base em valores éticos.

II. Concretizar o Pilar Social da União Europeia como elemento essencial para assegurar uma transição climática e digital justa e inclusiva

A Presidência terá como missão reforçar a confiança no modelo social europeu, promovendo uma União assente nos valores comuns da solidariedade, da convergência e da coesão, capaz de agir de forma coordenada para recuperar da crise.

Nesse sentido, valorizaremos o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, como resposta à dimensão social da crise e como forma de robustecer o modelo social europeu e a sua capacidade de acompanhar as transformações climática, digital e demográfica.

Apoiaremos a criação de uma União Europeia da Saúde, reforçando a capacidade de resposta a crises de saúde pública e os esforços com vista à produção e distribuição de vacinas seguras e acessíveis para a Europa e para o resto do mundo.

III. Reforçar a autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo

Promoveremos um Mercado Único aberto com elevados padrões sociais, laborais, ambientais e de segurança, com vista a explorar complementaridades para benefício de todos os Estados-Membros.

Nesse sentido, defenderemos a autonomia da Europa com base no desenvolvimento de uma estratégia industrial dinâmica, que promova cadeias de valor europeias e preste particular atenção ao robustecimento das pequenas e médias empresas (PME), à criação de redes de cooperação nas áreas da investigação e inovação (I&I) à escala europeia, e à garantia de que o acesso ao mercado europeu é efetuado em condições justas e equitativas e com respeito pelos valores da União.

Queremos continuar a reforçar a presença da UE no mundo, promovendo o multilateralismo e diversificando as parcerias globais, em particular com a vizinhança, com África, o Indo-Pacífico e todo o espaço transatlântico.

Seremos uma Presidência ativa na construção de consensos, com capacidade de adaptação às circunstâncias e orientada para resultados. Promoveremos o diálogo e a unidade dos Estados-Membros.

Só juntos poderemos empreender um caminho de esperança, confiança e credibilidade.

Linhas de ação da PPUE2021



Linhas de ação da PPUE2021

1 – Europa Resiliente

Promover a recuperação, a coesão e os valores europeus

A Presidência contribuirá ativamente para assegurar o início da execução do novo QFP e do Instrumento Próxima Geração UE (NextGenerationEU) e do seu Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Ambos traduzem a ambição, por parte da União, de recuperar da crise e assegurar as bases para um crescimento sustentável e para a criação de emprego. Neste contexto, **organizaremos a Conferência de Alto Nível sobre a Recuperação, em junho, em Lisboa, com vista a uma discussão sobre a situação económica e financeira, tendo em conta os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência.**

Promoveremos uma maior concertação entre os Estados-Membros na aplicação de medidas de emergência ditadas pela situação sanitária, para assegurar a livre circulação de pessoas na UE, elemento essencial para o Mercado Único.

Empenhar-nos-emos na modernização das políticas europeias em matéria de infraestruturas e conectividade, das políticas comercial e agrícola, industrial e de concorrência, de modo a diversificar a produção europeia, os fornecedores externos e as cadeias de abastecimento globais da UE. Estes elementos são essenciais para reduzir a dependência externa em relação a bens e tecnologias críticas e para aumentar a segurança alimentar.

Daremos particular atenção aos setores económicos mais afetados pela crise, nomeadamente ao turismo e às indústrias criativas.

Promoveremos o robustecimento da economia europeia, também através do aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM) em todas as suas dimensões.

Daremos seguimento ao processo de coordenação das políticas económicas e orçamentais, com o objetivo de apoiar uma recuperação inclusiva, bem como às iniciativas no âmbito da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais.

Daremos destaque ao papel das políticas de coesão económica, social e territorial, enquanto fatores de promoção da inovação, do empreendedorismo e da competitividade, decisivos para a maior convergência entre as economias dos Estados-Membros.

No desenvolvimento de uma estratégia industrial robusta, daremos atenção à promoção de projetos integrados e transnacionais, e em particular à coesão territorial, bem como às diferenças na dimensão das PME em cada Estado-Membro.

Contribuiremos para reforçar o sistema de gestão de crises da UE, com vista a uma maior resiliência e coordenação na resposta a catástrofes e à proteção de infraestruturas críticas. Tal inclui, em particular, o fortalecimento do Mecanismo de Proteção Civil da União e o reforço da capacidade de vigilância e resposta a doenças infecciosas.

A resiliência da UE assenta também na defesa dos seus valores fundamentais. Nesse sentido, promoveremos a defesa e a consolidação do Estado de Direito e da democracia, o combate a todas as formas de discriminação, o pluralismo dos média e o combate à desinformação.

A Presidência atribuirá particular importância à luta contra o terrorismo e o discurso de ódio, fenómenos transversais que a todos afetam e que põem em causa os valores europeus fundamentais.

Daremos seguimento à negociação do novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, com vista a uma abordagem europeia, abrangente e integrada, traduzindo uma visão equilibrada entre a prevenção da imigração irregular, a promoção de canais sustentáveis de migração legal e a integração dos imigrantes, promotora da salvaguarda dos direitos humanos. A cooperação com os países de origem e de trânsito é uma componente fundamental desta abordagem.

A Presidência dará o seu melhor contributo para que a Conferência sobre o Futuro da Europa seja uma oportunidade para um debate, com a participação das instituições e dos cidadãos, sobre as orientações e os resultados das políticas europeias, procurando as melhores formas de avançar no processo de construção europeia e de responder às expectativas dos cidadãos.



2— Europa Verde

Promover a UE como líder na ação climática

A UE deve assumir-se como líder mundial na ação climática, incrementando a capacidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas e promovendo as vantagens competitivas de um modelo económico descarbonizado e resiliente. Neste sentido, a Presidência organizará uma Conferência sobre Alterações Climáticas e uma Conferência sobre o Hidrogénio Verde (proveniente de energias renováveis) na Transição Energética, respetivamente em março e em abril, em Lisboa.

Daremos prioridade à implementação do Pacto Ecológico Europeu, tendo em vista uma recuperação económica sustentável. **Apoiaremos todos os esforços para transformar a Europa no primeiro continente neutro em termos de carbono até 2050, objetivo da Lei Europeia do Clima. Neste contexto, é fundamental assegurar o compromisso comum de reduzir, em relação a 1990, em pelo menos 55% as emissões de CO2 até 2030.**

A transição energética, essencial para garantir os objetivos de longo prazo da UE, exige a mobilização de significativos investimentos públicos e privados. Incentivaremos a conceção e a utilização de instrumentos financeiros que promovam a sua implementação, tirando todo o partido das possibilidades oferecidas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Em particular, daremos prioridade a iniciativas que visem assegurar que os aspetos ambientais e sociais são devidamente ponderados nas decisões de investimento privado.

No que respeita à tributação verde, e em conformidade com o Acordo de Paris, a política fiscal deve alinhar-se com o objetivo da descarbonização, facilitando a transição para uma economia competitiva e neutra em termos de carbono e impulsionando o crescimento sustentável, a economia circular e a economia azul (oceânica), bem como a inovação e a segurança do abastecimento energético.

A Presidência dará seguimento aos vários instrumentos europeus de orientação para a ação climática, nomeadamente, a Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, as iniciativas que integram o Plano de Ação para a Economia Circular, a Estratégia para os Produtos Químicos e a Estratégia da UE para as Florestas.

O Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia é um dos exemplos mais visíveis de envolvimento das autoridades locais na ação climática, concretizando compromissos voluntários para alcançar, e até exceder, os objetivos fixados.

Promoveremos a inovação, a digitalização e a gestão sustentável dos recursos naturais do mundo rural e daremos prioridade à continuação das negociações da reforma da política agrícola comum.

Valorizaremos a preservação e o uso sustentável dos recursos dos oceanos e mares, organizando uma Conferência de Alto Nível sobre Oceanos Sustentáveis, em junho, nos Açores. Daremos destaque ao desenvolvimento da economia azul, à política marítima integrada e à implementação da política comum das pescas.



3— Europa Digital

Acelerar a transformação digital ao serviço de cidadãos e empresas

Daremos prioridade às iniciativas que contribuam para acelerar a transição digital enquanto motor da retoma económica e promoveremos a liderança europeia na inovação e economia digitais. Neste contexto, **merecerão atenção o desenvolvimento universal de competências digitais, com vista à adaptação dos trabalhadores aos novos processos produtivos (teletrabalho), bem como a transformação digital das empresas e as plataformas digitais, as áreas do comércio eletrónico, pagamentos e fiscalidade, a promoção da saúde e a prevenção da doença, e o ensino à distância no quadro da educação e da formação ao longo da vida.**

Incentivaremos novas soluções e estratégias digitais para a transição verde, nos domínios da saúde, da investigação e inovação (I&I), da propriedade industrial, da justiça e da mobilidade.

Promoveremos igualmente a melhoria no acesso e partilha de dados e de informação de qualidade, para facilitar a vida dos cidadãos através, nomeadamente, da criação da identidade digital europeia.

O Estado deve dar o exemplo neste domínio, através de uma administração pública mais ágil, mais próxima e capaz de prestar melhores serviços a cidadãos e empresas. Por conseguinte, daremos visibilidade à implementação das melhores práticas digitais com vista à modernização da Administração Pública, nomeadamente com recurso à inteligência artificial. Nesse sentido, organizaremos uma Reunião de Ministros da Administração Pública. Promoveremos, em março, em Lisboa, o Fórum da União Internacional das Telecomunicações (UIT), dedicado ao tema Europa Acessível – Tecnologias da Informação e da Comunicação para Todos (*Accessible Europe – Information and Communication Technologies (ICT) for All*), dando prioridade à inclusão digital dos cidadãos europeus.

Prestaremos especial atenção à modernização da administração local, destacando o papel da digitalização na afirmação das “cidades inteligentes”.

Defenderemos uma visão europeia sobre o desenvolvimento digital, envolvendo todos os atores do ecossistema digital e refletindo todas as dimensões da transformação digital, incluindo o seguimento a dar ao Livro Branco sobre Inteligência Artificial. Nesse sentido, defenderemos uma tecnologia ao serviço das pessoas e uma economia justa e competitiva, que respeite plenamente os valores de uma sociedade democrática, aberta e sustentável.

Promoveremos uma estratégia global de cooperação digital alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), realçando o papel da UE como ator global e referência ética e de confiança a nível mundial. Neste âmbito, a Presidência coorganizará com a Comissão Europeia, em março, no Porto, o Dia Digital (*Digital Day*) e em junho, em Lisboa, a Assembleia Digital, que promoverá uma Declaração sobre Democracia Digital com Propósito.

Reforçaremos o empreendedorismo europeu através da criação de uma Estrutura de Empreendedorismo Europeia e da promoção da Norma UE para Nações “Startup” (*EU Startup Nation Standard*).

Daremos destaque à criação estratégica de uma Plataforma Europeia de Entrada de Dados, assente em cabos submarinos, em particular nas ligações entre a Europa, África e a América do Sul, que contribua para uma maior autonomia digital europeia, associando infraestruturas e dados. A Presidência inaugurará em junho, em Sines, o cabo *Ellalink*, que ligará a Europa, África e a América do Sul.

No âmbito da nova Estratégia da UE para a União da Segurança, criaremos condições para a execução da interoperabilidade dos sistemas de informação enquanto instrumento de cooperação policial.

Será igualmente uma prioridade a promoção de um setor espacial competitivo e integrado na economia, que maximize a utilização dos dados e das tecnologias espaciais pelas empresas e pelas políticas públicas.



4— Europa Social

Valorizar e reforçar o modelo social europeu

A UE deve valorizar e reforçar o seu modelo social, transmitindo confiança aos cidadãos para recuperarem da crise e enfrentarem as transformações climática e digital, garantindo que ninguém será deixado para trás. **Só uma Europa social mais forte, mais justa e mais inclusiva responderá às consequências sociais da pandemia, garantindo o equilíbrio intergeracional, o futuro dos jovens europeus e o bem-estar de todos.**

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais deve ter um significado concreto na vida dos cidadãos.

A Cimeira Social do Porto, que terá lugar em maio, dará impulso político à implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do respetivo Plano de Ação, enfatizando o seu papel central na recuperação europeia e na adaptação às transições climática, digital e demográfica. Será também uma oportunidade para reforçar o diálogo com os parceiros sociais e com os cidadãos.

A Cimeira Social será um momento central da Presidência Portuguesa e contará com dois eventos-chave: uma Conferência de Alto Nível, com uma participação alargada, e uma Reunião de Líderes, a convite do Presidente do Conselho Europeu. A Cimeira dará atenção particular às áreas do emprego, das qualificações e da proteção social.

Promoveremos o debate sobre a capacitação dos cidadãos para o desafio digital, organizando, em maio, uma Conferência de Alto Nível sobre Educação Digital. Outros temas relevantes serão o futuro do trabalho e o trabalho digno, a negociação de uma Diretiva sobre salários mínimos adequados, bem como a promoção do desenvolvimento de qualificações adequadas a uma economia moderna e digital.

Daremos atenção transversal à igualdade de género e a políticas de combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social, incluindo a proteção específica de grupos mais vulneráveis.

Promoveremos o reforço da cooperação entre os Estados-Membros na área da saúde, apoiando as ações necessárias para aumentar a capacidade de resposta dos serviços de saúde às ameaças à saúde pública. Daremos igualmente destaque ao papel da UE na saúde global.



5— Europa Global

Promover uma Europa aberta ao mundo

A abertura da Europa ao mundo, a sua aposta no multilateralismo eficaz e o seu posicionamento geopolítico como ator global, protagonista em todas as agendas internacionais relevantes, requerem uma agenda abrangente e equilíbrio na relação com os demais atores.

A pandemia tornou ainda mais evidente a necessidade de liderança da UE na resposta a crises e emergências globais. Defenderemos uma perspetiva europeia, assente em valores e em parcerias internacionais sólidas, para superar os desafios coletivos.

Trabalharemos para uma liderança europeia na consolidação de um sistema de comércio internacional aberto e baseado em regras, promovendo uma agenda comercial forte e equitativa, quer no quadro da modernização da Organização Mundial do Comércio (OMC), quer na persecução de novos acordos comerciais bilaterais ou plurilaterais, bem como na implementação eficaz dos já existentes.

O relacionamento entre a UE e África assume uma importância central, com ambos os lados cientes da necessidade de manter um diálogo estratégico para a resolução de desafios globais, sejam eles a paz e a segurança, a transição energética, o comércio, os fluxos populacionais ou crises sanitárias como a que atualmente enfrentamos. Participaremos ativamente na preparação e organização da VI Cimeira UE-União Africana, tendo em vista a consolidação de uma parceria intercontinental mutuamente frutífera. Neste âmbito, daremos destaque à transição verde em África, essencial para o futuro do setor privado e da criação de emprego no continente, bem como para o combate às alterações climáticas. Daremos também destaque à conclusão do novo acordo de cooperação com os Estados de África, Caraíbas e Pacífico (Acordo Pós-Cotonu).

Portugal coorganizará com o Banco Europeu de Investimento (BEI) um Fórum de Alto Nível UE-África sobre Economia e Investimento Verde, em abril, em Lisboa. O objetivo será debater o reforço do investimento entre os dois continentes, com uma ênfase particular no investimento verde e na transição energética.

A Presidência Portuguesa apoiará o Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (Alto Representante) na promoção da agenda externa europeia, procurando contribuir para a concretização de todas as agendas em curso e eventos programados, na política de vizinhança, na Parceria Oriental, no relacionamento da Europa com África, Ásia e as Américas.

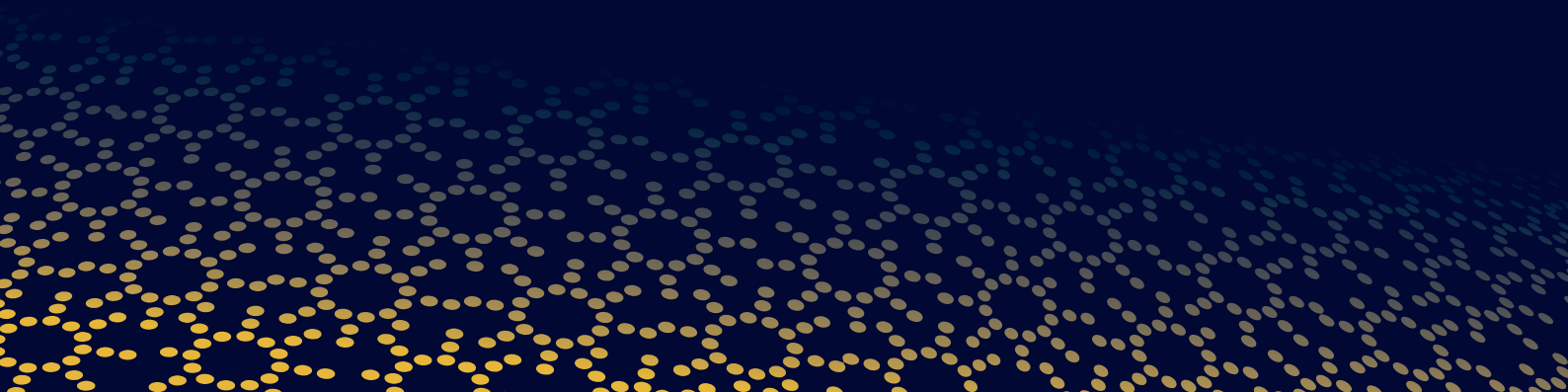
Empenhar-nos-emos em dar novo impulso político ao relacionamento com a vizinhança sul do Mediterrâneo, assim como ao acompanhamento dos desafios que se colocam aos parceiros da América Latina e ao desenvolvimento das relações transatlânticas. Neste âmbito, **tudo faremos para que, durante a Presidência Portuguesa, se fortaleça o diálogo com os Estados Unidos, parceiro estratégico em todos os domínios, tendo em vista a realização plena do potencial das relações transatlânticas.** Merecem destaque a cooperação em matéria de segurança e defesa, o reforço do multilateralismo e a agenda climática, beneficiando esta última do anunciado regresso dos EUA ao Acordo de Paris, bem como o desenvolvimento das relações económicas e comerciais.

Promoveremos o reforço das relações com a Índia, intensificando o diálogo e a cooperação políticos e também a cooperação económica e comercial. Neste quadro, terá lugar, a convite do Presidente do Conselho Europeu, uma Reunião de Líderes europeus com o Primeiro-Ministro da Índia, em maio, no Porto.

A Presidência Portuguesa dará prioridade às futuras relações da UE com o Reino Unido, empenhando-se numa parceria abrangente, equitativa e equilibrada, que respeite os interesses da União e dos Estados-Membros.

A política europeia de segurança e defesa, e a cooperação entre os Estados-Membros nestes domínios, merecerão também atenção. Promoveremos uma reflexão sobre segurança marítima, com base na atualização da avaliação de ameaças em áreas marítimas de relevância, como o golfo da Guiné e o Atlântico. A Presidência formalizará, em maio, nos Açores, o lançamento do *Atlantic Centre*.

Execução da Agenda Estratégica 2019-2024





Execução da Agenda Estratégica 2019-2024

I. PROTEGER OS CIDADÃOS E AS LIBERDADES

Assuntos Gerais

A Presidência Portuguesa promoverá a coordenação da resposta europeia à COVID-19, procurando minimizar os impactos na vida dos cidadãos e salvaguardar o bom funcionamento do Mercado Único. Promoveremos a partilha de informação e o desenvolvimento de instrumentos comuns para garantir a resiliência, a competitividade e o crescimento sustentável da União após a pandemia.

A Presidência dará prioridade às futuras relações da UE com o Reino Unido, empenhando-se numa parceria abrangente, equitativa e equilibrada, que respeite os interesses da União e dos Estados-Membros, dando especial relevo à proteção dos cidadãos.

Continuaremos a dar atenção aos diferentes mecanismos estabelecidos para reforçar o Estado de Direito na União, nomeadamente o novo relatório anual publicado pela Comissão Europeia e a sua discussão no Conselho. Organizaremos, em maio, em Coimbra, uma Conferência de Alto Nível dedicada ao tema do Estado de Direito.

A promoção da igualdade de oportunidades e a luta contra todas as formas de discriminação em razão do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual, constituirão prioridades transversais.

Trabalharemos para alcançar o objetivo da adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, estabelecido pelo Tratado de Lisboa, assim como sobre a revisão da Estratégia de aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais e do Regulamento da Agência dos Direitos Fundamentais. Daremos também seguimento ao Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020-2025.

A Conferência sobre o Futuro da Europa deverá permitir a participação ativa dos cidadãos europeus e em particular dos jovens. Deverá ser uma plataforma inclusiva que contribua para o desenvolvimento das políticas de médio e longo prazo que permitirão enfrentar os desafios atuais e futuros.

A Presidência valorizará os princípios da subsidiariedade e da governação a vários níveis, encorajando a colaboração de atores regionais e locais, no sentido do seu maior envolvimento e apropriação das decisões e das políticas, tendo presente a diversidade da organização político-administrativa dos Estados-Membros.

A participação cívica, designadamente dos jovens, constitui uma componente basilar do desenvolvimento do projeto europeu. Neste contexto, daremos visibilidade ao lançamento do futuro Corpo Europeu de Solidariedade, em junho, em Viana do Castelo.

Na área da prevenção e do combate à desinformação, daremos destaque ao Plano de Ação para a Democracia Europeia, pugnando pela difusão de informação oportuna, transparente e factual, com vista a reforçar a resiliência das sociedades e a confiança dos cidadãos. Daremos particular atenção às ameaças externas aos processos eleitorais, na União e nos Estados-Membros.

A Presidência procurará ainda contribuir para reforçar a confiança dos cidadãos e das organizações na resposta europeia às ameaças híbridas e aos desafios do ciberespaço.

Empenhar-nos-emos em garantir que o Sistema Estatístico Europeu se mantenha como suporte indispensável à tomada de decisão, em especial nas áreas da boa governação e do desenvolvimento sustentável, bem como na resposta às necessidades de informação relacionadas com a COVID-19.



Justiça e Assuntos Internos

Migração, Schengen e gestão de fronteiras

A Presidência dará prioridade ao novo Pacto em matéria de Migração e Asilo e às iniciativas que dele decorrem, com o objetivo de criar um mecanismo comum de gestão da migração que seja eficaz, resiliente, fiável e que salvaguarde os direitos humanos, baseado na partilha equitativa de esforços e obrigações.

Estimularemos o aprofundamento das parcerias entre a UE e os países de origem e de trânsito de migrantes, nomeadamente através de um diálogo construtivo sobre o desenvolvimento de uma política de promoção de canais de migração legal, que constitua uma alternativa sustentável e que tenha presente o objetivo da integração dos migrantes, sobretudo menores não acompanhados.

A execução da Declaração de Valeta e do seu Plano de Ação, a par dos diálogos regionais que os acompanham, os Processos de Rabat e de Cartum, e o seguimento dos Pactos Globais sobre as Migrações e sobre os Refugiados, serão objetivos da Presidência. Organizaremos, em Lisboa, uma Conferência Ministerial sobre Fluxos Migratórios.

A Presidência contribuirá para a reflexão sobre o futuro de Schengen, comprometendo-se com a defesa da livre circulação de pessoas na Europa. Em simultâneo, prosseguiremos o debate sobre o controlo efetivo das fronteiras externas. Para tanto, é essencial garantir a operacionalização do novo mandato da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (Frontex), prevendo-se o lançamento do seu Corpo Permanente, em janeiro, em Lisboa. Daremos igualmente atenção à interoperabilidade dos sistemas de informação e à aplicação do Sistema de Entrada/Saída (SES) e do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS).

Gestão de catástrofes e proteção civil

A Presidência contribuirá para o estabelecimento de um sistema de gestão de catástrofes ambicioso e abrangente na UE, que promova, de forma solidária e integrada, uma maior resiliência coletiva na resposta a emergências, incluindo o repatriamento de cidadãos retidos em países terceiros. Daremos prioridade ao reforço do Mecanismo de Proteção Civil da União, bem como à criação de reservas estratégicas de bens essenciais e ao apoio de capacidades militares específicas, com vista a permitir uma resposta a catástrofes mais ágil, flexível e transversal.

Será dada prioridade ao reforço da capacidade de resposta conjunta e aos mecanismos complementares à solidariedade dos Estados-Membros, aumentando a capacidade do rescEU (Proteção Civil e Operações de Ajuda Humanitária Europeias) e contribuindo para o enriquecimento da Rede Europeia de Conhecimentos sobre Proteção Civil.

A Presidência estimulará a cooperação consular local entre os Estados-Membros e as delegações da UE, com vista à preparação para situações de crise.



Justiça e Assuntos Internos

Cooperação policial e judiciária

A cooperação policial e judiciária constitui uma componente fundamental do espaço de liberdade, segurança e justiça na União, que deve continuar a ser aprofundado. Os novos fenómenos criminais, nomeadamente no ciberespaço, e o impacto da COVID-19, exigem o reforço da capacidade das autoridades de aplicação da lei e dos sistemas judiciais, para identificar ameaças e mitigar os seus efeitos, especialmente junto das pessoas mais vulneráveis. Neste âmbito, a Presidência acompanhará as iniciativas resultantes da nova Estratégia para a União da Segurança e dará prioridade ao desenvolvimento da nova Estratégia de Segurança Interna da UE, assente na prevenção e na proteção dos cidadãos e dos seus direitos, liberdades e garantias.

De igual forma, asseguraremos a conclusão do atual ciclo político, para combater a criminalidade internacional grave e organizada, e o lançamento do próximo ciclo, promovendo um diálogo alargado com todos os interessados. A implementação da Estratégia Europeia sobre os Direitos das Vítimas 2020-2025 será uma prioridade.

Face à complexidade dos desafios que a criminalidade transnacional coloca à segurança e à justiça, serão áreas de relevo a prevenção, a formação, a análise conjunta de risco e a troca de informação, bem como o reforço da cooperação entre Estados-Membros e agências europeias, e com países terceiros.

A Presidência atribuirá particular importância à prevenção e ao combate do terrorismo. Sendo este um fenómeno transversal, que a todos afeta e que põe em causa os valores europeus fundamentais, procuraremos dar execução às diversas iniciativas europeias de combate ao terrorismo, nas suas várias vertentes, incluindo a avaliação da ameaça terrorista e extremista. Especial atenção será dada à radicalização e ao extremismo violento, nas suas diversas matrizes e orientações, incluindo as atividades em linha. Deste modo, incentivaremos e criaremos condições para o envolvimento, de forma coordenada, de todos os agentes responsáveis pela prevenção e combate à ameaça terrorista.

No âmbito da cooperação judiciária em matéria penal e da cooperação policial, **daremos protagonismo à coordenação do combate à criminalidade organizada e transfronteiriça, em particular o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos, os crimes contra as mulheres e as crianças, a cibercriminalidade, nomeadamente o abuso sexual de crianças, a prova eletrónica e os crimes de ódio**, bem como à cooperação e troca de informação nas áreas das armas e explosivos. Organizaremos, em Lisboa, uma Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Policial entre a UE e países do Médio Oriente e do Norte de África.

A revisão do Regulamento Europol e a execução do Plano de Ação da UE em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo serão prioridades.

A Presidência dará especial atenção à implementação da Procuradoria Europeia.

A Presidência pretende também aprofundar a reflexão sobre as conexões entre a criminalidade organizada transnacional e a contrafação, bem como acompanhar os trabalhos em curso em matéria de criminalidade ambiental, tendo em vista o reforço da cooperação policial e judiciária nestes domínios.

Na área da cooperação judiciária em matéria civil, o multilateralismo e o estreitamento de relações com outras instâncias internacionais, como a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, a Comissão da ONU para o Direito Comercial Internacional ou o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado, orientarão a ação da Presidência.

A Presidência dará ainda atenção ao policiamento de proximidade e à promoção da segurança pública, incluindo a proteção de espaços públicos e a segurança e violência no desporto.



Justiça e Assuntos Internos

Justiça eletrónica e direitos dos cidadãos

A Presidência pretende dar impulso à utilização das novas tecnologias na justiça, cuja relevância a COVID-19 tornou ainda mais evidente. Neste contexto, merecerá atenção a interoperabilidade dos sistemas jurídicos e judiciários europeus e dos sistemas informáticos dos Estados-Membros. A gestão estável do e-CODEX, enquanto ferramenta digital para melhorar a cooperação entre os Estados-Membros, e a continuidade do Plano de Ação para a Justiça Eletrónica Europeia 2019-2023, serão objetivos importantes.

A utilização da inteligência artificial nos sistemas de justiça, bem como as questões de responsabilidade civil emergentes da sua utilização, merecerão atenção particular. Organizaremos, em abril, em Lisboa, uma Conferência de Alto Nível em matéria de Justiça Eletrónica.

Proteção dos adultos vulneráveis

Os adultos vulneráveis enfrentam desafios e dificuldades agravados no exercício dos seus direitos, na defesa dos seus interesses e no acesso à justiça. Promoveremos uma reflexão sobre o estado atual da sua proteção na União e sobre a necessidade de medidas de aproximação legislativa e de reconhecimento mútuo de decisões no âmbito da cooperação judiciária civil, bem como sobre o exercício de direitos no processo penal. **Organizaremos, em março, em Lisboa, uma Conferência de Alto Nível sobre a Proteção dos Adultos Vulneráveis.**



II. DESENVOLVER A NOSSA BASE ECONÓMICA: O MODELO EUROPEU PARA O FUTURO

Assuntos Económicos e Financeiros

A principal prioridade da Presidência será a implementação do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e do Instrumento Próxima Geração UE, incluindo a aprovação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência, fundamentais para o relançamento económico da Europa. Neste contexto, organizarmos uma Conferência de Alto Nível sobre a Recuperação, em junho, em Lisboa, com vista a uma discussão sobre a situação económica e financeira, tendo em conta os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência.

Destacam-se, em particular, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que apoiará os planos nacionais de investimento e de reformas, definidos de acordo com as prioridades da UE e com as recomendações específicas para cada Estado-Membro, o instrumento de apoio temporário SURE, destinado a atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência, a Estratégia para o Financiamento Sustentável e os instrumentos que dela decorrem, assim como o Programa *InvestEU*, que contribuirá também para a recuperação das economias e para o cumprimento dos objetivos relativos às transições climática e digital.

Teremos um papel ativo no Semestre Europeu, processo de coordenação das políticas orçamentais e económicas dos Estados-Membros, que se revelará crucial para a recuperação económica e financeira, assim como para os processos de convergência, coesão e inclusão na UE.

O aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM) é uma prioridade da Presidência. Neste âmbito, incluem-se as iniciativas da União Bancária, nomeadamente a criação de um sistema europeu de garantia de depósitos, e da União dos Mercados de Capitais. Este aprofundamento é fundamental para assegurar uma maior integração e resiliência do setor financeiro, criar alternativas de financiamento e capitalização para as empresas, bem como para reforçar a competitividade europeia e o papel internacional do euro.

A Presidência dará seguimento ao Plano de Ação para a União Aduaneira, de forma a dotá-la de um quadro mais sólido para a proteção dos cidadãos e do Mercado Único, destacando a importância do desenvolvimento da janela aduaneira única da UE.

No que se refere aos serviços financeiros, contribuiremos para a finalização de iniciativas legislativas que visam melhorar a resiliência do setor financeiro, sendo particularmente relevante a implementação das novas normas do Comité de Supervisão Bancária de Basileia que completam o pacote de reformas pós-crise de 2009.

Em relação à transição digital no setor financeiro, defenderemos uma abordagem que potencie o desenvolvimento tecnológico e que assegure a estabilidade financeira, articulando a regulação e supervisão financeiras, a concorrência e a proteção dos dados. Daremos prioridade às iniciativas referentes aos criptoativos, à resiliência operacional dos intermediários financeiros e aos pagamentos.

A Presidência irá debruçar-se sobre os desafios da fiscalidade europeia, nomeadamente o modelo de tributação da economia digital, ao abrigo dos princípios da justiça e da eficácia fiscal. Pretende-se assegurar uma distribuição justa e equitativa da tributação num contexto de concorrência saudável, o reforço dos mecanismos de boa governação e a transparência fiscal a nível global, bem como intensificar o combate à fraude, evasão e elisão fiscais através de jurisdições não cooperantes. A Presidência procurará criar condições para obter um acordo político sobre a revisão das regras aplicáveis à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais. Daremos execução ao Plano de Ação da UE em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

No que se refere aos créditos à exportação, a Presidência assegurará a coordenação e a articulação com as instâncias internacionais em que a UE participa.



Competitividade

Mercado Único e política industrial

A COVID-19 veio demonstrar, com ainda maior vigor, a importância do Mercado Único e de uma estratégia industrial europeia robusta. Para uma competitividade europeia acrescida, é indispensável fortalecer o Mercado Único, em todas as suas dimensões, dando especial atenção às PME. É também indispensável uma política industrial forte, com condições de concorrência equitativas, tanto ao nível mundial, como interno.

Promoveremos as medidas necessárias ao restabelecimento e à melhoria do funcionamento do Mercado Único, nomeadamente com vista à erradicação de entraves injustificados à livre circulação de bens e serviços. Estimularemos, também, uma reflexão sobre o funcionamento do Mercado Único em tempos de crise. A Presidência organizará, em junho, em Lisboa, a sessão de encerramento do Fórum do Mercado Único – SIMFO.

Daremos particular atenção à promoção dos serviços digitais no Mercado Único, através, nomeadamente, da Lei dos Serviços Digitais.

Daremos prioridade à nova Estratégia Industrial Europeia, enquanto contributo para uma indústria europeia forte e ambientalmente sustentável assente na inovação, no valor acrescentado, no investimento e na redução da dependência em relação a países terceiros, nomeadamente no que respeita a bens e tecnologias críticas. Neste âmbito, a Presidência organizará, em parceria com a Comissão Europeia, os Dias da Indústria, em fevereiro, em Bruxelas.

A recuperação de cadeias de valor europeias deve ser vista na perspetiva da política económica, na tripla vertente das políticas industrial, de concorrência e comercial, e deve contribuir para a coesão na União e para mitigar assimetrias regionais, designadamente através da execução de projetos importantes de interesse europeu comum, assegurando uma ampla participação dos Estados-Membros, o reforço da posição dos produtores europeus e uma repartição equitativa dos resultados. Nesse sentido, a Presidência trabalhará o conceito de “ecossistemas industriais” e estimulará a criação de polos (*clusters*) europeus, explorando sinergias entre setores, cadeias de valor e Estados-Membros, e a aproximação entre a produção de conhecimento e tecnologia e as empresas, reforçando a rede de polos de inovação digital.

Este reforço implica um novo enquadramento que aborde não apenas as questões relacionadas com os subsídios atribuídos por Estados terceiros, mas também o respeito pelos padrões europeus a nível ambiental, laboral e social, sendo essencial a garantia de fiscalização do cumprimento destas regras ao nível da União, a par de uma revisão cuidada do Sistema de Preferências Generalizadas.

As PME estarão no centro da atenção da Presidência, nomeadamente no debate sobre a adaptação do quadro regulamentar das PME à realidade atual, que deverá estimular a digitalização, a adoção de tecnologias avançadas e de novos modelos de negócio mais eficientes, assim como a participação em cadeias de valor globais e a qualificação dos recursos humanos.

Consumidores

O acesso à informação é fundamental para a confiança dos consumidores, que assumem, por sua vez, um papel decisivo na transição para uma economia circular em que aumentam também as transações digitais, nomeadamente de produtos de países terceiros. Neste contexto, a Presidência dará atenção à rastreabilidade dos produtos e à melhoria da fiscalização do mercado, assim como à segurança dos alimentos.

Empenhar-nos-emos na execução da nova Agenda do Consumidor e de outras propostas legislativas que ajudem os cidadãos a adaptar-se às transições climática e digital. Coorganizaremos com a Comissão Europeia a Cimeira Europeia dos Consumidores, em março, em Lisboa, para aprofundar a reflexão sobre estas matérias. **Organizaremos ainda uma Reunião de Alto Nível sobre Proteção dos Consumidores, em março, em Lisboa.**

No domínio dos serviços financeiros, daremos seguimento à iniciativa referente ao crédito ao consumo.



Competitividade

Turismo

A Presidência dará grande prioridade à implementação e monitorização das medidas destinadas à recuperação e à criação de emprego no setor do turismo, especialmente afetado pela pandemia.

Daremos particular atenção às PME, ao restabelecimento da confiança dos consumidores e a uma maior coordenação das medidas sobre a livre circulação de pessoas, bem como à promoção de um ecossistema sustentável, inovador e resiliente, inclusive em áreas conexas como a aviação civil e a cultura.

Daremos um novo impulso ao turismo sustentável, pondo em relevo a implementação dos resultados da Convenção Europeia do Turismo de outubro de 2020. A Presidência organizará um Fórum de Alto Nível sobre Sustentabilidade e Turismo, em maio, no Porto.

Apoiaremos os esforços de criação de uma rede europeia de inovação que sustente a transformação digital no setor. Neste contexto, lançaremos um debate sobre os megadados e a sua livre circulação como fonte de estatísticas de turismo, melhorando a oferta de dados acessíveis às empresas.

Legislar melhor

No seguimento da Comunicação sobre Legislar Melhor, a Presidência destacará o contributo da transformação digital, através da inteligência artificial e da ciência dos dados, tendo em vista procedimentos legislativos mais eficazes e flexíveis que contribuam para a melhoria da qualidade da avaliação de impacto. Neste contexto, daremos especial atenção às avaliações de impacto quantitativas, *ex ante* ou *ex post*, incluindo ao princípio “one in, one out”, que visa que novos encargos criados pela legislação europeia sejam contrabalançados pela retirada de outros encargos desnecessários, bem como às avaliações qualitativas, à análise prospetiva e ao envolvimento de partes interessadas (*stakeholders*).

Propriedade industrial

Daremos visibilidade às vantagens da proteção dos direitos de propriedade industrial e promoveremos o Sistema de Propriedade Industrial. Neste contexto, promoveremos soluções inovadoras, especialmente na área das tecnologias verdes e da inteligência artificial, assim como o combate à contrafação. Neste domínio, organizaremos, em fevereiro, em Lisboa, uma Conferência de Alto Nível sobre a Propriedade Intelectual e a Transição Digital.



Competitividade

Investigação e inovação

A Presidência pretende contribuir para o reforço da investigação e inovação (I&I) na Europa. Para tanto, incentivará a coordenação de esforços e sinergias entre comunidades científicas, tecnológicas e inovadoras europeias, dando prioridade ao nexo ciência/emprego/resiliência.

Alcançar, até 2030, 3% do PIB em investimento em investigação (2/3 setor privado, 1/3 setor público) é uma meta a revitalizar. Para tal, é necessário garantir a articulação entre os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência e os fundos europeus de gestão centralizada e descentralizada.

Daremos visibilidade ao lançamento do Programa Horizonte Europa, previsto para fevereiro, em Lisboa, à finalização da regulamentação necessária à criação das Parcerias Europeias e ao lançamento das Missões, estando estas últimas ligadas a grandes investimentos em I&I, com um impacto e relevância particularmente elevados para a sociedade em geral.

A COVID-19 veio demonstrar a importância do reforço da política de I&I, de uma maior e melhor articulação entre os Estados-Membros, do apoio à criação de redes de excelência e da renovação do Espaço Europeu de Investigação (EEI). A Comunicação da Comissão sobre o futuro da I&I e do EEI, possibilitará o reforço dos sistemas europeus de I&I e promoverá mais investimento em investigação e desenvolvimento (I&D).

Neste contexto, organizaremos um debate sobre o 20º aniversário do EEI.

Encorajaremos a continuidade de iniciativas conjuntas no quadro do novo EEI, nomeadamente nos temas do hidrogénio verde (proveniente de energias renováveis), da inteligência artificial no domínio público e da supercomputação verde.

Pretendemos contribuir para um acesso mais alargado e diversificado à ciência e à investigação, permitindo a aquisição de competências pelos cidadãos. Incentivaremos o envolvimento dos cidadãos na definição das agendas científicas e apoiaremos iniciativas europeias no domínio da “ciência cidadã”.

Daremos prioridade à profissionalização das carreiras de investigação, com a sua inclusão no Quadro de Referência Europeu. Neste contexto, teremos em vista a interconexão, a mobilidade e a revisão dos sistemas de avaliação, para melhorar as condições de trabalho e salariais e reduzir a precariedade. Promoveremos a circulação equilibrada de talentos dentro e fora da Europa.

Será dado destaque à cooperação UE-África em I&I, nos domínios do espaço e do ensino superior, com ênfase na capacitação das instituições e com vista a evitar a “fuga de cérebros”.

Espaço

A Presidência apoiará o lançamento do Programa Espacial da União Europeia, dando especial atenção ao desenvolvimento do Novo Espaço, incluindo o uso de tecnologias e aplicações espaciais em setores não espaciais e nas políticas públicas, face ao seu impacto na produtividade e competitividade europeias. Neste contexto, organizaremos, em junho, em Coimbra, a 4ª Cimeira Atlântica sobre o Novo Espaço.

Daremos prioridade à promoção do Novo Espaço na criação de novos mercados e no desenvolvimento de plataformas inovadoras de aquisição, gestão e processamento de informação com base em informação de satélites. Neste contexto, assume relevância o desenvolvimento de novos serviços com base em

dados e tecnologias espaciais. Será dada ênfase ao apoio às PME e empresas emergentes (*start-ups*) e a novas atividades empreendedoras.

Promoveremos o envolvimento dos setores privado, público e institucional na criação de novos mercados, associando incentivos à captação de investimento e novos modelos de negócio.

Merecerão atenção as interações Espaço-Terra-Oceanos-Clima, incluindo as zonas costeiras.

Será dado particular destaque à cooperação UE-África no domínio do espaço. Organizaremos, em abril, em Lisboa, uma Conferência de Alto Nível focada na observação da terra, intitulada *Africa-Europe Science Forum for Earth Observation*.



Assuntos Gerais

Política de coesão

A política de coesão, enquanto política estrutural permanente, é a única cujo âmbito, capacidade e proximidade em relação aos cidadãos permitem dar uma resposta às três dimensões da transição que a Europa atravessa: climática, digital e demográfica.

Ao promover a convergência e a coesão, necessárias à consolidação do modelo social, económico e ecológico europeu, a política de coesão contribui de forma relevante para a resiliência das economias, das sociedades e dos territórios. Coorganizaremos com a Comissão Europeia a 9ª edição da Conferência Europeia de Avaliação da Política de Coesão, em maio, no Porto.

Pretendemos promover as complementaridades e sinergias da política de coesão com o Instrumento Próxima Geração UE, nomeadamente com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como com o Instrumento de Assistência Técnica, o Horizonte Europa, o *InvestEU*, o Programa LIFE e o Mecanismo Interligar a Europa.

Promoveremos a finalização técnica dos regulamentos e acompanharemos a adoção das reprogramações relativas ao *REACT-EU*, dos Acordos de Parceria e dos Programas Operacionais da Política de Coesão 2021-2027, pugnando por um início atempado do próximo período de programação.

Regiões ultraperiféricas

As regiões ultraperiféricas (RUP) constituem uma realidade regional europeia única, com especificidades expressamente reconhecidas no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). **Estas regiões trazem ao território da União uma incontornável dimensão marítima e um posicionamento estratégico – nos oceanos Atlântico (designadamente os arquipélagos dos Açores e da Madeira) e Índico e no mar das Caraíbas – de inquestionável importância.**

Reconhecendo a necessidade de um equilíbrio entre as medidas destinadas a compensar constrangimentos específicos e défices estruturais das RUP, e as que se destinam a promover o seu potencial e oportunidades de desenvolvimento, a Presidência dará atenção transversal às suas especificidades, em todas as políticas da UE, com destaque para a política de coesão.

Importa dar atenção ao papel destas regiões no que respeita ao mar, nomeadamente na definição da governação internacional dos oceanos. As políticas agrícola e de desenvolvimento rural desempenham um papel vital para as RUP. Considerando que estas se encontram particularmente expostas a fenómenos naturais extremos e que são, simultaneamente, fontes de biodiversidade excecional, são igualmente relevantes a política do ambiente, a ação climática e a economia circular.

Na política dos transportes, deve ter-se especialmente presente que a pandemia voltou a demonstrar a dependência das RUP do transporte aéreo e marítimo, e a necessidade de reduzir o seu défice de acessibilidade ao continente europeu.

Teremos em particular consideração a elevada dependência de muitas destas regiões relativamente ao turismo, e a necessidade de medidas que assegurem a sólida recuperação do setor.

Na política do espaço, deverá ser potenciada a posição geoestratégica de algumas destas regiões.

Desenvolveremos um trabalho de articulação com a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas sobre a Estratégia da UE para as Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente através da Região Autónoma dos Açores, que assume a sua Presidência no presente semestre.



Transportes, Telecomunicações e Energia

Transportes

A coesão económica, social e territorial e os objetivos da recuperação económica, da descarbonização e da consolidação do Mercado Único exigem um setor dos transportes sustentável, inovador, resiliente e acessível.

Daremos prioridade às iniciativas que contribuam para que passageiros, trabalhadores e empresas do setor possam recuperar dos impactos da COVID-19, e para que a circulação de bens, serviços e pessoas possa ser restabelecida. Procuraremos que as medidas de apoio à recuperação contribuam também para a sua modernização e sustentabilidade. Além destas medidas conjunturais, daremos atenção a iniciativas que contribuam para um reforço estrutural do sistema de transportes da União.

Faremos o lançamento do Ano Europeu do Transporte Ferroviário, em março, em Lisboa, uma oportunidade única para aprofundar o debate sobre medidas que permitam que tanto a infraestrutura ferroviária como o material circulante contribuam para a descarbonização, a modernização e a segurança nos transportes. Além de incentivar a atratividade da ferrovia no transporte de pessoas e mercadorias, promoveremos a intermodalidade com o transporte marítimo, através dos portos comerciais, e uma maior oferta de serviços e de informação.

No que diz respeito à rede transeuropeia de transportes, daremos ímpeto à conclusão da rede principal até 2030, bem como ao reforço da sua densidade dentro da União, em particular por via do aumento da capilaridade nas zonas periféricas e de uma maior conectividade das RUP. Coorganizaremos com a Comissão Europeia, em junho, em Lisboa, as Jornadas das Redes Transeuropeias de Transportes (RTE-T) 2021 (*Trans-European Transport Network (TEN-T) Days 2021*).

Quanto ao transporte aéreo, daremos seguimento às propostas legislativas da Comissão Europeia com incidência sobre um Céu Único eficaz, a proteção dos passageiros e outras medidas necessárias para conferir estabilidade ao setor na sequência da COVID-19, assegurando o pleno envolvimento dos Estados-Membros.

A Presidência terá presente que a confiança nos serviços de transportes depende de uma mobilidade inclusiva e acessível, de um elevado nível de qualidade do serviço, de uma intermodalidade reforçada, da proteção dos direitos dos passageiros e de uma apropriada proteção dos dados dos utilizadores.

Telecomunicações

A Presidência dará destaque a questões infraestruturais nas telecomunicações, designadamente aos desafios que decorrem da adoção das redes 5G, e à revisão da Diretiva sobre Segurança das Redes e da Informação (SRI).

Acompanharemos o tema da cibersegurança de forma transversal, tendo por referência a nova Estratégia Europeia de Cibersegurança e contribuindo para o desenvolvimento dos seus principais pilares, com especial enfoque na nova Diretiva SRI, no estabelecimento da nova Ciberunidade Conjunta (*Joint Cyber Unit*), na revisão da Diretiva das Infraestruturas Críticas e no Plano de Ação para a Diplomacia Europeia.

Daremos relevo à criação estratégica de uma Plataforma Europeia de Entrada de Dados, assente em cabos submarinos, em particular nas ligações entre a Europa, África e a América do Sul, bem como aos cabos submarinos para os Açores e a Madeira. Pretendemos contribuir para a estratégia da Comissão Europeia de edificação e afirmação da autonomia digital europeia, baseada na proteção e privacidade dos dados. A Presidência inaugurará o cabo *Ellalink*, em junho, em Sines, que ligará a Europa, África e a América do Sul.



Transportes, Telecomunicações e Energia

Energia

A Presidência dará prioridade à concretização de um Mercado Único da Energia integrado, interligado, digitalizado e operacional, e dará especial atenção ao contributo do setor para a transição para uma Europa neutra em carbono.

A Presidência dará especial atenção à revisão do Regulamento sobre as redes transeuropeias de energia, com vista a assegurar a sua coerência com o objetivo da neutralidade carbónica, destacando a importância das interligações energéticas.

Serão igualmente abordados o armazenamento e o desenvolvimento de sistemas energéticos e de redes inteligentes, bem como o papel dos combustíveis alternativos e da tributação verde.

Desenvolveremos os temas das energias renováveis, do autoconsumo e das comunidades de energia. Assumiremos a aposta no hidrogénio verde como fator determinante na transição energética e como oportunidade económica, industrial, científica e tecnológica, fomentando o crescimento do mercado do hidrogénio verde e as correspondentes condições de regulamentação. A Presidência organizará uma Conferência sobre o Hidrogénio Verde na Transição Energética, em abril, em Lisboa.

Deve ser sublinhado o exemplo, único na UE, de elevada penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica nos Açores, em particular através das energias solar, eólica e geotérmica.

Daremos destaque à promoção da eficiência energética, com especial enfoque no combate à pobreza energética, em particular no contexto da Estratégia para uma “Vaga de Renovação”, destinada a melhorar o desempenho energético dos edifícios e com impacto positivo na recuperação económica e social.



III. CONSTRUIR UMA EUROPA VERDE, NEUTRA EM CARBONO

Ambiente

A Presidência empenhar-se-á na mobilização dos Estados-Membros em torno do Pacto Ecológico Europeu, com vista à promoção de um modelo de desenvolvimento neutro em carbono, inovador e resiliente, que assegure a plena integração da política climática e do objetivo de neutralidade carbónica nas várias políticas setoriais. Promoveremos os objetivos da descarbonização, da eficiência energética, da economia circular, da mobilidade sustentável e da conservação e recuperação dos ecossistemas e da biodiversidade.

No âmbito da defesa e proteção dos recursos naturais e do ambiente, daremos prioridade à troca de informação e ao reforço da cooperação com países terceiros, nomeadamente no combate ao tráfico de espécies protegidas. Procuraremos finalizar o 8º Programa de Ação para o Ambiente, bem como dar impulso político à concretização da nova Estratégia para os Produtos Químicos.

Ação climática

A Presidência prosseguirá a negociação da Lei Europeia do Clima tendo em vista assegurar o compromisso comum de reduzir, em relação a 1990, em pelo menos 55% as emissões de CO₂ até 2030.

No quadro da Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, promoveremos um debate sobre as ligações entre políticas, destacando as sinergias entre medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas. Com vista a uma maior coesão e valorização territoriais, serão abordados o combate à desertificação,

a conservação da biodiversidade, assim como a gestão sustentável da água e das florestas, destacando soluções de base natural. Daremos igualmente atenção à relação entre a crescente artificialização do solo na Europa e as suas repercussões sobre os ecossistemas.

Destacaremos, ainda no contexto da adaptação às alterações climáticas, os recursos hídricos e a intensificação dos fenómenos extremos, nomeadamente a seca e a escassez de água, e o seu impacto nos ecossistemas e nas atividades económicas.

Economia circular

A concretização das medidas inscritas no Plano de Ação para a Economia Circular será uma prioridade. A Presidência promoverá a divulgação dos Planos de Ação nacionais e respetivos resultados. Estimularemos uma reflexão, ao nível europeu, sobre os mercados de matérias-primas secundárias, a gestão dos resíduos de bens e equipamentos existentes (ciclo de vida, quantidade de produtos), a produção e a utilização inteligentes (redução de matérias-primas e maior inovação na conceção do produto), e a prevenção na

utilização mínima de matérias-primas (entre outros, o *ecodesign*), reutilização, reparabilidade e remanufatura. Procuraremos garantir a articulação entre diferentes políticas setoriais, incluindo a consolidação de polos (*clusters*) industriais.

Daremos destaque à revisão do enquadramento legislativo das baterias, tendo em vista o reforço da sustentabilidade da cadeia de valor das baterias face aos seus efeitos industriais e da autonomia estratégica da UE.

Biodiversidade

A Presidência apoiará o cumprimento do compromisso europeu, e global, em matéria de biodiversidade, empenhando-se na preparação das negociações do Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020, no âmbito da 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP15), prevista para o segundo semestre de 2021, na China.

A conservação da biodiversidade marinha será um tema especialmente importante para a Presidência, tendo em conta a ligação de Portugal com o mar e com os oceanos, e o objetivo de promover a conservação e recuperação de ecossistemas marinhos.



Ambiente

Florestas

A Presidência defenderá uma abordagem integrada do setor florestal, através da nova Estratégia da UE para as Florestas. Promoveremos uma reflexão em torno da sua gestão sustentável, da competitividade e sustentabilidade das indústrias florestais, da bioenergia e da economia verde, da importância das florestas no contexto das alterações climáticas, dos serviços prestados direta ou indiretamente pelos ecossistemas e do desenvolvimento de produtos inovadores e de elevado valor acrescentado.

Apoiaremos a construção de um quadro de financiamento para as florestas que atenda à sua multifuncionalidade e ao alargado prazo de retorno económico do investimento neste setor.

Daremos destaque à definição de um programa europeu de combate aos e mitigação dos agentes abióticos e bióticos, para proteger as florestas de ameaças como os fogos rurais e as pragas.

Merecerá atenção a continuação das negociações com vista a um acordo juridicamente vinculativo sobre as florestas na Europa.

Apoiaremos os esforços da UE junto de países terceiros, ao nível bilateral e multilateral, nomeadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (OIMT), para combater o abate ilegal das florestas e a desflorestação, bem como o comércio da madeira proveniente destas ações.

Água

A UE necessita de melhorar a gestão da água, através de um maior investimento em soluções de tratamento, reutilização e/ou recirculação, bem como na recuperação de ecossistemas e habitats naturais.

A Presidência contribuirá para uma aplicação reforçada em toda a UE da Diretiva-Quadro Água e da Diretiva Inundações, e para melhorar as sinergias com a Estratégia Marinha, com a política agrícola comum e outras políticas setoriais.

Promoveremos uma abordagem integrada e intersectorial na gestão transfronteiriça da água, adaptando-a às alterações climáticas, promovendo o uso sustentável da água e melhorando a gestão de riscos de inundação, através de uma melhor e mais rápida partilha de informação.

Participação dos Cidadãos

A Presidência procurará alcançar um consenso sobre a proposta legislativa destinada a alinhar o ordenamento jurídico da UE com a Convenção de Aarhus sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente antes da próxima Conferência das Partes em 2021.



Agricultura

Política agrícola comum

A Presidência dará prioridade às negociações da reforma da política agrícola comum e empenhar-se-á em obter um acordo político.

Dada a importância - amplamente evidenciada pela pandemia - de assegurar a resiliência e capacidade de resposta a crises do setor agrícola, daremos prioridade a medidas setoriais que visem a recuperação e o reforço estrutural do sistema agroalimentar europeu.

Desenvolvimento rural

Um setor agrícola funcional e sustentável permite inverter o abandono dos territórios, fixando populações e permitindo a renovação geracional, reduzindo também a probabilidade de ocorrência de catástrofes naturais decorrentes de alterações climáticas ou de incêndios florestais. Neste contexto, daremos relevância à Comunicação da Comissão Europeia sobre a Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais, destinada a combater o despovoamento e a facilitar o seu desenvolvimento económico.

Destacaremos as iniciativas do Pacto Ecológico Europeu, que põem em evidência a estreita ligação entre a produção de alimentos, a adaptação às alterações climáticas e a conservação da biodiversidade. Daremos especial atenção à necessária recompensa aos produtores pela gestão de serviços de ecossistemas. Também será dada ênfase a práticas de produção sustentáveis e à agricultura biológica.

Segurança alimentar

Será dada especial atenção ao reforço da segurança alimentar e à sustentabilidade das cadeias de abastecimento.

Valorizaremos igualmente o contributo da Estratégia do Prado ao Prato, nomeadamente nas áreas da segurança dos alimentos, do bem-estar e saúde animal e da sanidade vegetal, procurando reforçar as medidas de proteção fitossanitária substitutas ou complementares da luta química, incluindo a comercialização e o uso de agentes de controlo biológico.

Inovação na agricultura

A Presidência dará prioridade à inovação, à transferência de conhecimento e à digitalização do setor agroalimentar, no sentido de assegurar a gestão sustentável dos recursos, designadamente solo e água, e contribuir para a manutenção e desenvolvimento da atividade agrícola e da fixação populacional.



Oceanos, Economia Azul e Pescas

O mar constitui uma importantíssima fonte de biodiversidade e desempenha um papel primordial no desenvolvimento sustentável. A Presidência valorizará a preservação e o uso sustentável dos recursos dos oceanos e mares, em linha com o Pacto Ecológico Europeu. Neste âmbito, estimularemos uma maior participação da sociedade civil.

A Presidência atribui muita importância ao desenvolvimento da economia azul (oceânica), inclusive das energias renováveis, da biotecnologia azul, da aquacultura sustentável, do turismo marítimo costeiro e náutico, do transporte marítimo verde (*green shipping*) e das tecnologias de vigilância marítima para proteção do ambiente marinho. Neste contexto, organizaremos uma Conferência Ministerial sobre Política Marítima Integrada, em junho, em Lisboa.

É essencial continuar a implementação da política comum das pescas, garantindo uma gestão sustentável dos recursos pesqueiros e promovendo o aperfeiçoamento dos mecanismos de monitorização e controlo da pesca, com vista a reforçar o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

A Presidência dará especial atenção às instâncias internacionais com enfoque nas questões relativas ao mar, nomeadamente a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, as convenções regionais de proteção do meio marinho, as organizações regionais de gestão da pesca e os acordos de parceria no domínio da pesca sustentável com países terceiros.

A segurança marítima, essencial para proteger as rotas comerciais internacionais, merecerá igualmente atenção.



IV. CONSTRUIR UMA EUROPA JUSTA E SOCIAL

Emprego, Política Social e Saúde

Emprego, Política Social e Saúde

A Cimeira Social da UE, em maio, no Porto, será um momento central da Presidência Portuguesa e contará com dois eventos-chave: uma Conferência de Alto Nível e uma Reunião de Líderes, a convite do Presidente do Conselho Europeu. A Presidência colocará todo o seu empenho na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, de acordo com o Plano de Ação da Comissão Europeia. Será dada atenção particular às áreas do emprego, das qualificações e da proteção social.

Pretendemos promover a inclusão da dimensão social, de forma transversal, na formulação das políticas económicas, industrial e digital da UE e na implementação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência.

Promoveremos um debate alargado e transversal em torno do futuro do trabalho e do trabalho digno, com múltiplas ligações à competitividade, reconversão económica, educação, formação, aprendizagem ao longo da vida e à coesão social. É necessário assegurar a regulação das novas formas de trabalho, condições de trabalho dignas, locais de trabalho seguros e salários justos, tempos de trabalho adequados à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, assim como o acesso à proteção social, independentemente do vínculo laboral, tendo sempre por base o diálogo social e a negociação coletiva. Daremos seguimento à negociação da Diretiva sobre salários mínimos adequados e ao debate sobre a importância do reforço do diálogo social e da negociação coletiva.

Daremos prioridade à nova Estratégia Europeia sobre Segurança e Saúde no Trabalho, tema da maior importância no contexto da resposta à pandemia.

No âmbito da Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025, daremos particular atenção às medidas vinculativas em matéria de transparência salarial e à proposta de diretiva relativa ao equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas. **Suscitaremos uma reflexão sobre o impacto da COVID-19 na igualdade entre homens e mulheres, em particular no que toca à participação no mercado de trabalho, nos rendimentos e na conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.**

Daremos atenção à promoção da coesão social, incluindo o combate à pobreza, nomeadamente infantil, à exclusão social e à discriminação, assim como à aposta na economia e inovação sociais, ao envelhecimento ativo, à inclusão das pessoas com deficiência e à promoção dos direitos das crianças. Neste contexto, serão prioridades a nova Garantia para a Infância e a nova Estratégia para os Direitos das Crianças. Com o objetivo de debater a nova Estratégia Europeia para a Deficiência 2021-2030, a Presidência organizará, em abril, em Lisboa, uma Reunião de Alto Nível sobre a Inclusão das Pessoas com Deficiência. Daremos seguimento ao Livro Verde sobre o Envelhecimento, que a Comissão Europeia apresentará, designadamente à transversalidade do envelhecimento nas políticas públicas.

Merecerá atenção especial a criação de uma plataforma de cooperação europeia para reforçar o papel da UE na luta contra as situações de sem-abrigo. Organizaremos uma Conferência de Alto Nível sobre Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, em junho, em Lisboa, com vista à assinatura de uma Declaração comum.

A Presidência dará ainda relevo à situação das pessoas ciganas, através da adoção da proposta de Recomendação do Conselho, no âmbito da nova Estratégia para a Igualdade, Inclusão e Participação das Comunidades Ciganas 2020-2025.

Apoiaremos, igualmente, a criação de mecanismos de ação contra os crimes e o discurso de ódio.

A Presidência assinalará o 10º aniversário da Convenção de Istambul através de uma conferência a realizar, em abril, em Lisboa. Será realçada a importância do combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, ambas reconhecidas como violações dos direitos humanos e formas de discriminação.



Emprego, Política Social e Saúde

Saúde

A Presidência pretende impulsionar a capacidade de preparação e resposta coordenada a ameaças e emergências de saúde pública, dentro e fora da UE.

Daremos prioridade ao desenvolvimento do quadro de atuação europeu em matéria de saúde, com vista à criação de uma União Europeia da Saúde, através da negociação de propostas conducentes a uma cooperação reforçada entre os Estados-Membros e do reforço do mandato das agências europeias.

Abordaremos as consequências do aumento da pressão sobre os sistemas de saúde, observado durante a pandemia, e daremos prioridade à implementação do Programa da UE pela Saúde (*EU4Health*).

Contribuiremos para a transformação digital do setor da saúde, incluindo através da telessaúde e da telemedicina, tendo em vista melhorar a qualidade dos cuidados de saúde e reduzir a desigualdade no acesso à saúde. Promoveremos a interoperabilidade do registo de saúde eletrónico, com o propósito de alavancar a reutilização de informação clínica. A Presidência organizará, em junho, em Lisboa, uma Conferência de Alto Nível sobre Saúde Digital (*Portugal eHealth Summit*).

Procuraremos contribuir para assegurar uma maior disponibilidade de medicamentos e de vacinas a preços acessíveis, assim como de equipamentos e dispositivos médicos. Neste contexto, organizaremos uma Conferência sobre o Acesso a Medicamentos, em abril, em Lisboa.

Defenderemos uma agenda alicerçada em três pilares: autonomia estratégica (capacidade de gestão, produção e abastecimento na Europa, bem como robustez e segurança da cadeia de distribuição e fabrico), sustentabilidade (transparência em toda a cadeia de valor, informação eficaz, políticas de preços e colaboração regional) e acessibilidade (acesso equitativo, eficaz em termos de custos e adequado às tecnologias da saúde, em particular as inovadoras, apoiando a sustentabilidade dos sistemas de saúde).

Daremos relevância à Estratégia Farmacêutica Europeia e ao reforço do papel das agências europeias em coordenação com as redes de agências nacionais nos Estados-Membros.

No âmbito da saúde global, centrar-nos-emos em áreas de convergência e numa perspetiva de ganhos em saúde, com vista a responder aos desafios da resistência aos agentes antimicrobianos e das doenças transmitidas por vetores. Daremos igualmente importância à saúde ambiental.

Na dimensão da diplomacia da saúde global, daremos especial atenção à cooperação no âmbito da Agenda UE-África, realizando uma conferência internacional neste âmbito, em março, em Lisboa.

Destacaremos a implementação do Plano Europeu de Luta contra o Cancro e organizaremos a conferência *European Cancer Research Summit*, em maio, no Porto.

Daremos atenção a ações na área da saúde mental, promotoras de inclusão e de aproximação à comunidade.



Educação, Juventude, Cultura e Desporto

Educação e juventude

No âmbito da educação e formação, pilares fundamentais do modelo social europeu, a Presidência valorizará, em particular, a aprendizagem ao longo da vida, as qualificações e o reconhecimento de competências, a inovação pedagógica, a inclusão e a cidadania.

Defenderemos a importância do acesso inclusivo à educação e formação, e da criação de condições de igualdade de oportunidades e de sucesso. Sublinharemos a importância de um investimento contínuo na educação, na autoformação, na formação profissional e artística, com destaque para as competências digitais e ambientais. Promoveremos o debate sobre a educação digital, o ensino à distância e o ensino híbrido (em linha e presencial) e sobre a inovação pedagógica.

A UE é um dos melhores exemplos de cidadania global e de esforço conjunto pela paz e pela coesão. Nesta medida, será valorizada e promovida uma discussão ampla sobre o papel da formação em cidadania nos sistemas educativos.

Promoveremos o alargamento da base do ensino superior a novos públicos, através da aquisição de novas competências e da atualização de competências na aprendizagem de adultos, e do reforço das redes de ensino superior, com destaque para as Alianças de Universidades Europeias e as Universidades do Futuro.

Daremos especial atenção à área da mobilidade na educação, inclusive no ensino superior e nas carreiras de investigação, e à “circulação de cérebros”. Neste sentido, daremos destaque ao estabelecimento do Espaço Europeu da Educação (EEA) até 2025, à construção de um quadro estratégico de cooperação europeia em matéria de educação e formação, bem como a iniciativas no âmbito da nova Agenda de Competências para a Europa e do novo Plano de Ação para a Educação Digital.

Promoveremos uma abordagem das políticas de juventude baseada nos direitos, dando especial enfoque à participação dos jovens nos processos de decisão e nas plataformas de governação, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 (“Espaço e Participação para Todos”).

Salientaremos a importância e o contributo da mobilidade e das políticas de juventude e educação. Neste contexto, daremos prioridade ao lançamento do Programa Erasmus+, assim como ao lançamento do Corpo Europeu de Solidariedade, ambos em junho, em Viana do Castelo.

Cultura e média

O objetivo central da Presidência neste domínio passa pela promoção da recuperação, da resiliência e da sustentabilidade dos setores culturais e criativos e dos média. Daremos especial atenção à aplicação do Plano de Recuperação da UE aos setores culturais e criativos e ao lançamento do Programa Europa Criativa, em junho, em Lisboa.

Promoveremos um debate sobre a diversificação de fontes e de mecanismos de financiamento para a salvaguarda do património cultural europeu.

Outros vetores serão o acesso à cultura e a participação na vida cultural, com base na relação entre as artes e a educação, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida e de preparação e sensibilização das gerações futuras para a cultura.

Organizaremos uma Conferência sobre o Papel da Cultura para a Coesão Social, em maio, no Porto. No contexto da igualdade de género, daremos visibilidade às mulheres artistas.

Acompanharemos o Plano de Ação para o Audiovisual e os Média e promoveremos uma reflexão sobre o futuro do jornalismo, tendo presentes a evolução acelerada da inteligência artificial e os desafios a uma imprensa livre. Por conseguinte, organizaremos uma Conferência de Alto Nível sobre a Inteligência Artificial e o Futuro do Jornalismo, em abril, em Lisboa.

Estas prioridades têm em conta a Nova Agenda Europeia para a Cultura e o Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022.



Educação, Juventude, Cultura e Desporto

Desporto

A Presidência efetuará o mapeamento da inovação no desporto e a identificação de novas tendências do “desporto do futuro”, no âmbito do próximo Plano de Trabalho da UE para o Desporto. Coorganizaremos com a Comissão Europeia o Fórum do Desporto da UE (*EU Sport Forum*).

Será dada atenção ao desporto como instrumento das relações externas da UE, com particular enfoque em África e na América Latina.



V. PROMOVER OS INTERESSES E VALORES DA EUROPA NO MUNDO

Relações Externas

A Presidência Portuguesa apoiará o Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (Alto-Representante), com vista a uma ação externa forte e coerente, que dê à União capacidade para atuar de forma rápida e eficiente, em consonância com a defesa dos seus interesses e a projeção dos seus valores, nomeadamente através de um multilateralismo eficaz e de uma ordem internacional assente em regras. Daremos particular atenção à promoção da Agenda 2030 e à implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Favoreceremos o aprofundamento de parcerias regionais no contexto da ONU e de outras organizações multilaterais, dando prioridade à promoção, proteção e realização dos direitos humanos, em especial face aos novos desafios globais. Neste contexto, promoveremos a implementação do Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia 2020-2024. Daremos, igualmente, prioridade aos esforços pela abolição da pena de morte e à implementação do Plano de Ação da UE sobre a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres 2021-2025.

Continuaremos a promover a política da UE em matéria de droga e toxicodependência, com base na Estratégia da UE de Luta contra a Droga 2021-2025, reforçando a capacidade de afirmação externa da União neste domínio com os parceiros internacionais relevantes e tendo por base uma visão humanista e de respeito dos direitos humanos.

Daremos atenção especial ao plano de implementação das Conclusões do Conselho sobre a ação externa da UE na prevenção e luta contra o terrorismo e o extremismo violento.

Em consonância com o Pacto Ecológico Europeu, defenderemos uma maior ambição global na luta contra as alterações climáticas, na promoção da descarbonização das economias e nos esforços para travar a perda de biodiversidade e para preservar os sistemas ambientais, incluindo dos oceanos. Assumirão relevo a preparação da Segunda Conferência dos Oceanos da ONU e as iniciativas no âmbito da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.

Promoveremos uma estratégia global de cooperação digital, realçando o papel da UE como ator global e referência ética e de confiança a nível mundial. A Presidência coorganizará com a Comissão Europeia, em março, no Porto, o Dia Digital (*Digital Day*) e em junho, em Lisboa, a Assembleia Digital, que aprovará a Declaração de Lisboa sobre a Democracia Digital com Propósito.

A recuperação económica dos países de rendimento médio-baixo, nomeadamente em África, assumirá centralidade durante a Presidência Portuguesa, devendo assentar na criação de oportunidades mutuamente benéficas, designadamente nas áreas das alterações climáticas, da cooperação económica, do comércio inclusivo e sustentável, e do investimento.

No domínio da energia, daremos continuidade às iniciativas da UE sobre a evolução da dimensão externa da política energética, com enfoque em África.

Daremos relevância à cooperação nas áreas técnico-policial e das migrações. Neste sentido, organizaremos, em Lisboa, uma Conferência Ministerial sobre Fluxos Migratórios.

No contexto do aprofundamento das relações da UE com a Ásia, daremos especial atenção às relações com a Índia. A reunião informal ao nível de Chefes de Estado e de Governo com o Primeiro-Ministro da Índia, que terá lugar em maio, no Porto, a convite do Presidente do Conselho Europeu, constituirá uma oportunidade para modernizar a parceria UE-Índia, alicerçada na cooperação estratégica e no diálogo político e económico, na reciprocidade e no benefício mútuo.

A Presidência apoiará o Alto-Representante no acompanhamento construtivo dos desafios que se colocam aos parceiros da América Latina, incluindo no âmbito da consolidação das instituições democráticas e do desenvolvimento sustentável e equitativo dos países da região. Além da revitalização de uma agenda birregional, promoveremos relações com blocos sub-regionais em domínios de interesse comum. A conclusão dos processos negociais de revisão dos Acordos de Associação com o México e o Chile, bem como o do Mercosul, serão objeto de atenção particular.



Relações Externas

As relações com os Estados Unidos deverão ser revitalizadas e orientadas para respostas tangíveis aos desafios globais, constituindo o elemento-chave de uma nova aliança de parceiros que partilham interesses e valores. Neste contexto, a cooperação em matéria de segurança e defesa, assim como o reforço do multilateralismo e das parcerias internacionais, deverão ocupar um lugar central. A recuperação sustentável das economias e a definição de objetivos comuns em relação à agenda climática beneficiarão com o anunciado regresso dos EUA ao Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

Em conjunto com o Alto-Representante e o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), procuraremos aprofundar a parceria estratégica com a região do Magrebe, em complemento às iniciativas de diálogo regional já existentes.

Trabalharemos, de forma empenhada, pela promoção da segurança, da estabilidade e do desenvolvimento na região do Médio Oriente e do Norte de África, valorizando o diálogo da ONU com organizações regionais, como a Liga dos Estados Árabes e a União Africana, na busca de soluções políticas de longo prazo.

Daremos continuidade ao processo de alargamento aos Balcãs Ocidentais, com base numa nova metodologia, mais credível e eficaz, assim como aos esforços de estabilização e integração da região, apoiando a Comissão Europeia no que diz respeito aos processos de reformas em curso naqueles países.

A Presidência empenhar-se-á na realização da Cimeira UE-Parceria Oriental, prevista para fevereiro, em Bruxelas. No que respeita à Ucrânia, acompanharemos os esforços do Alto Representante para promover uma solução política abrangente.

Acompanharemos o desenvolvimento da relação entre a UE e a Rússia, tendo por base uma posição europeia clara, consistente e unida, tendo em atenção os desafios e as oportunidades.

A Presidência Portuguesa dará prioridade às futuras relações da UE com o Reino Unido, empenhando-se numa parceria abrangente, equitativa e equilibrada, que respeite os interesses da União e dos Estados-Membros.



Parcerias para o Desenvolvimento

A Presidência incentivará um modelo europeu de cooperação para o desenvolvimento mais estratégico e mais alinhado com as prioridades de política externa da União.

Defenderemos parcerias internacionais para o desenvolvimento orientadas para resultados, assegurando uma coerência de trabalho com a Comissão Europeia e o SEAE. Contribuiremos para o reforço da parceria com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, potenciando o futuro Acordo Pós-Cotonu, o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional e o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP).

Daremos prioridade à preparação e organização da VI Cimeira UE-União Africana e aos seus resultados.

Coorganizaremos com o Banco Europeu de Investimento (BEI) um Fórum de Alto Nível UE-África sobre Economia e Investimento Verde, em abril, em Lisboa.

O objetivo será debater o reforço do investimento entre os dois continentes, com ênfase particular no investimento verde e na transição energética. Pretende-se fomentar uma parceria efetiva, para o desenvolvimento económico e a criação de emprego em África.

Daremos prioridade à abordagem “trabalhar melhor em conjunto”, orientada por um princípio de inclusividade e potenciando o valor acrescentado da participação de todos os Estados-Membros, aproveitando as suas diferentes competências e recursos.

Impulsionaremos o debate sobre o desenvolvimento em transição, abordando estratégias de resposta aos desafios dos países de rendimento médio, com especial enfoque na transição de país menos avançado para país de rendimento médio-baixo em África e na América Latina.

Promoveremos o debate sobre o desenvolvimento humano, designadamente nas áreas da saúde e da educação, incluindo uma perspetiva de igualdade de género e de empoderamento das mulheres.

Ação Humanitária

Apoiaremos medidas destinadas a reforçar a resposta à pandemia nos países mais afetados e com sistemas de saúde mais frágeis, designadamente através da resposta europeia.

Valorizaremos, de forma transversal, a correlação entre a ajuda humanitária, a cooperação para o desenvolvimento e a consolidação da paz (“nexo triplo”), salvaguardando os mandatos de cada interveniente e o respeito pelos princípios humanitários.

Em linha com o Consenso Europeu em matéria de Ajuda Humanitária, daremos visibilidade às principais crises humanitárias emergentes, prolongadas e esquecidas. Pretendemos ainda aprofundar a discussão sobre os impactos das alterações climáticas na ação humanitária.

Promoveremos um debate sobre a proteção e assistência a populações mais vulneráveis, com enfoque nos deslocados forçados. Neste contexto, daremos particular atenção ao reforço do apoio da UE a jovens refugiados e deslocados forçados no ensino superior.



Comércio

A Presidência apoiará o reforço de um sistema de comércio multilateral assente em regras e numa Organização Mundial do Comércio (OMC) modernizada, bem como numa rede de acordos comerciais bilaterais ambiciosos e equilibrados com parceiros-chave.

Será dada uma atenção particular à revisão da política comercial da UE. Este objetivo permitirá criar condições para a diversificação das cadeias globais de valor, garantindo maior autonomia estratégica da UE e contribuindo para uma mais rápida recuperação da crise gerada pela pandemia.

A 12ª Conferência Ministerial da OMC, prevista para 2021, e os seus resultados, deverão potenciar o processo de reforma da OMC, incluindo o seu Órgão de Recurso do Mecanismo de Resolução de Litígios.

No quadro da OMC, a Presidência dará uma importância particular às negociações multilaterais sobre subsídios às pescas. Das diversas iniciativas plurilaterais, destacaremos as relacionadas com o comércio digital e a promoção de novas iniciativas, nomeadamente nas áreas do clima e da saúde.

Acompanharemos a implementação dos acordos existentes e a negociação de novos acordos, nomeadamente com a Austrália e a Nova Zelândia, assim como a modernização do acordo com o Chile, incentivando um ambiente propiciador do comércio e do investimento para os operadores económicos europeus. **Face ao interesse estratégico, a Presidência procurará contribuir para criar condições para a assinatura do Acordo de Associação UE-Mercosul e do Acordo Global UE-México modernizado.**

Serão ainda prioridade a consolidação das relações comerciais com os Estados Unidos e a finalização das negociações do Acordo de Investimento e a implementação do Acordo de Indicações Geográficas com a China. Serão também relevantes as relações comerciais e de investimento com a Índia, nomeadamente a possibilidade de um Acordo de Investimento.

O aprofundamento e a modernização dos Acordos de Comércio Livre em vigor com os países da vizinhança sul, e o progresso das negociações em curso com outros países da região, constituirão uma prioridade política para a Presidência neste semestre.

Trabalharemos com vista ao aprofundamento do relacionamento comercial com África, procurando contribuir para a progressiva concretização do Acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana. Apoiaremos o processo de adesão de Angola ao Acordo de Parceria Económica da UE com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), bem como as negociações sobre um Acordo de Facilitação de Investimento UE-Angola.

Tendo presente a necessidade de reforçar a capacidade da UE para combater práticas desleais de comércio e para promover condições equitativas de concorrência, a Presidência acompanhará com especial cuidado a aplicação dos instrumentos de defesa comercial e o desenvolvimento de instrumentos complementares, como o Regulamento relativo ao Exercício dos Direitos da União (Enforcement) e o novo Instrumento sobre Mercados Públicos.

A revisão do Regulamento relativo ao Sistema de Preferências Generalizadas constituirá uma oportunidade para a afirmação dos valores europeus, designadamente em matéria ambiental e social.



Segurança e Defesa

Daremos prioridade a uma orientação mais operacional da Estratégia Global da UE, através da “Bússola Estratégica” comum europeia, com vista a concretizar o seu nível de ambição e fortalecer a vertente de segurança e defesa, reforçando a coerência e a eficácia das iniciativas da política comum de segurança e defesa (PCSD), em complemento da NATO.

O impacto da COVID-19 constitui um teste à resiliência e à solidariedade dos Estados-Membros, acentuando a urgência de melhorar a capacidade de resposta da UE a crises. Apoiaremos os trabalhos da task-force criada pelo SEAE com vista a avaliar a resposta das Forças Armadas dos Estados-Membros à pandemia, identificando lacunas, desafios, boas práticas e formas de melhorar a cooperação e a coordenação em resposta a emergências complexas, nomeadamente no uso de capacidades militares para apoiar o Mecanismo de Proteção Civil da UE.

Promoveremos uma reflexão sobre a eficácia das missões e operações militares da PCSD, incorporando lições aprendidas. Daremos prioridade ao reforço da parceria UE-África em matéria de segurança e defesa, numa abordagem integrada, abrangente e coerente, particularmente no Sael e no golfo da Guiné, privilegiando a vertente da capacitação, em cooperação com a ONU e outras organizações multilaterais. Neste âmbito, coorganizaremos com o Alto-Representante, em março, em Lisboa, uma Reunião Ministerial da UE com organizações parceiras africanas sobre Paz e Segurança.

Daremos continuidade e visibilidade à execução dos compromissos assumidos no Pacto para a Vertente Civil da PCSD, e promoveremos uma abordagem integrada e sustentada donexo segurança interna e externa/defesa, assegurando que a cooperação entre as áreas da PCSD e da Justiça e Assuntos Internos (JAI) se traduza em resultados operacionais.

Contribuiremos para o aprofundamento da cooperação europeia em matéria de desenvolvimento de capacidades, tendo em vista fomentar a base industrial e tecnológica de defesa europeia (BITDE) e o papel específico das PME. Proporemos a definição de uma abordagem comum para a economia de defesa europeia, através de uma metodologia inclusiva, diversificada e sustentável. Por conseguinte, defenderemos a operacionalização do Fundo Europeu de Defesa, procurando orientá-lo para o desenvolvimento de setores tecnológicos críticos. Neste âmbito, coorganizaremos com a Agência Europeia de Defesa uma Conferência de Alto Nível sobre o Impacto das Tecnologias Disruptivas na Segurança e Defesa, em abril, no Porto.

Daremos importância ao nexo entre alterações climáticas e segurança e defesa, e defenderemos a inclusão, na Cooperação Estruturada Permanente, de critérios exigentes relativos à adaptação às alterações climáticas, propondo um roteiro de medidas neste domínio.

A Presidência promoverá uma reflexão sobre segurança marítima, com base na atualização da avaliação de ameaças em áreas marítimas de relevância, como o golfo da Guiné e o Atlântico, e a operacionalização de novos conceitos, como as “Presenças Marítimas Coordenadas”, assim como o desenvolvimento da capacitação em países terceiros. Procederemos ao desenvolvimento de uma ferramenta de implementação do Plano de Ação da Estratégia de Segurança Marítima da UE. A Presidência formalizará, em maio, nos Açores, o lançamento do *Atlantic Centre*.

No âmbito da cooperação UE-NATO, daremos especial atenção aos domínios das ameaças híbridas, ciberdefesa, segurança marítima (nomeadamente, capacitação de parceiros), mobilidade militar e resposta a emergências complexas. Na perspetiva da segurança cooperativa, procuraremos aprofundar sinergias com entidades regionais relevantes no Norte de África, Médio Oriente e Sael.



2021
PORTUGAL.EU